

EDUCAFRO-RJ: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO CIDADÃ

Antônio de Pádua Magalhães (UFVJM/PUC-SP)

antonio.magalhaes@ufvjm.edu.br

Luciano dos Santos (UFVJM)

lucianodasexatas@gmail.com

RESUMO

A Educafro do Rio de Janeiro tem se constituído como um dos modelos de formação preparatória para vestibulares, por meio da parceria com acadêmicos arquiteta uma *concidadania educacional*. Este artigo tem por objetivo refletir acerca da Educafro e a promoção de oportunidades de ascensão econômica, política, cultural e social de jovens negros da periferia e de brancos pobres, examinando as estratégias educacionais traçadas pela organização educacional e os impactos desta nas vidas dos estudantes. As metodologias adotadas foram *Pesquisa Teórica* e *Relato de Experiência*, que numa perspectiva qualitativa de análises, organizadas em forma de *dossier*, revelam que as propostas pedagógicas da Educafro têm fortalecido as identidades étnico-raciais; e as conquistas alcançadas pelos estudantes do pré-vestibular se revelaram potencialmente positivas, configurando a Educafro como uma ação política de afirmação étnico-cultural.

Palavras-chave: Educafro-RJ. Relações étnico-raciais. Educação cidadã

ABSTRACT

Educafro of Rio de Janeiro has been constituted as one of the preparatory training models for vestibular, through the partnership with academics architect an educational con-citizenship. This article aims to reflect on Educafro and the promotion of opportunities for economic, political, cultural and social advancement of black youth from the periphery and poor whites by examining the educational strategies outlined by the educational organization and its impact on the lives of students. The methodologies adopted were: Theoretical Research and Report of Experience, which in a qualitative perspective of analyzes, organized in the form of a dossier, reveal that Educafro's pedagogical proposals have strengthened ethnic-racial identities; and the achievements of pre-college students proved potentially positive, shaping Educafro as a political action of ethnic-cultural affirmation.

Keywords: Educafro-RJ. Ethnic-racial relations. Citizen Education.

1. Apresentação

A história da educação nacional tem sido o registro de uma dívida política para com as classes populares, em especial, com os sujeitos de

fortes relações étnico-raciais de matrizes africanas. A educação escolar, ao longo dos anos, foi construída pela imposição de um modelo de escola elitista, que sistematicamente excluiu grande parte da população negra e de brancos pobres periféricos do Brasil.

Ciente deste déficit cultural, social, político e educacional imposto às comunidades pobres e negras dos grandes centros urbanos, a rede de cursinhos pré-vestibulares e preparatório de concursos denominada Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) passou a realizar a partir de 1987 a inclusão dessas populações em universidades públicas e particulares (com bolsa de estudos), por meio de prestação voluntária de serviços de educadores e demais profissionais nos núcleos de pré-vestibular comunitários nas periferias e na sede.

Nesse sentido, este artigo, estruturado no formato de um *dossier*, constituído de três partes: na primeira, os aspectos histórico-sociais da Educafro; na segunda, a metodologia utilizada neste estudo de caso, fundamentado em Pesquisa Teórica de Paulo Freire (1970), Leonardo Boff (2009), Roberto Da Matta (1987), Homi Bhabha (1998), Kabengele Munanga (1996), Edgar Morin (2005) e David Hume (2017), junto à pesquisa teórica o relato de experiência na Educafro, e na terceira parte, reflexões, amparadas nos teóricos estudados e em documentações, acerca de políticas afirmativas para negros no Brasil, busca responder as questões-problemas: Como tem sido estruturada as propostas pedagógicas da Educafro? As ações empreendidas pela Educafro vêm fomentando o fortalecimento de identidades étnico-raciais? Que conquistas (de ordem econômica, política, social e cultural) seus estudantes alcançaram após concluírem suas formações?

A *Pesquisa Teórica* trata de um procedimento metodológico em que as investigações em obras previamente selecionadas, neste caso, as que tratam de políticas públicas educacionais para os afrodescendentes e de teóricos que abordam a educação inclusiva e emancipatória, tais como Paulo Freire (1970), Leonardo Boff (2009) e Edgar Morin (2005), e de questões étnico-raciais, como Roberto Da Matta (1987), Homi Bhabha (1998) e Kabengele Munanga (1996). Portanto, autores que conduzem às leituras críticas da educação organizada pela Educafro, complementadas pela descrição do *Estatuto da Educafro*, com seus princípios e objetivos. A reflexão teórica foi ampliada com relatos de nossas experiências como discente e docente na Educafro, objetivando responder as questões acima apresentadas.

2. *Educafro e as políticas educativas brasileiras*

A Educafro é fruto do trabalho social do Serviço Franciscano de Solidariedade, e no conjunto de suas atividades passou a reivindicar do Estado o cumprimento de suas obrigações, como a implementação de políticas públicas e ações afirmativas para negros e pobres, assim, com vista ao alargamento do gargalo da participação de negros no mercado de trabalho e no acesso à universidade, a referida instituição vem fomentando uma educação cidadã, amparada no conceito de *concidadania* (BOFF, 2008), em que o combate ao racismo e as todas as formas de discriminação, os pilares de suas ações:

A dimensão de concidadania: a cidadania não define apenas a posição do cidadão face ao Estado, como sujeito de direitos e não como um pedinte (não se há de pedir nada ao Estado, mas reivindicar; os cidadãos devem organizar-se não para substituir o Estado, mas para fazê-lo funcionar). A concidadania define o cidadão face a outro cidadão, mediante a solidariedade e a cooperação, como paradigmaticamente foi mostrado na Campanha contra a Fome, a Miséria e em favor da Vida, herança imorredoura de Herbert de Souza, o Betinho. Concidadania, cidadão com cidadão cria uma cidadania participativa (BOFF, 2009, p. 1)

A Educafro como defensora do entendimento de que o processo educativo na sociedade deve ser aquele direcionado para a formação de cidadãos críticos, participativos, capacitados e capazes de serem incluídos na economia e nas soluções que deem conta das demandas de suas comunidades, vem se constituindo como um dos modelos de formação *concidadã* na preparação de jovens para os exames do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e de vestibulares de instituições públicas e privadas, além dos cursos de extensão preparatório para concursos. Utiliza-se da colaboração voluntária de profissionais já formados ou em formação acadêmica, principalmente daqueles que foram beneficiados, em algum momento, por seus programas.

A principal meta da referida organização civil educacional é inclusão de negros periféricos e de brancos pobres que não tiveram condições de acessarem a universidade, por meio da adoção de um currículo interdisciplinar, para que esses sujeitos preencham as lacunas deixadas pela escola regular, conforme informações publicadas no *Boletim da Educafro*:

Criada em 1987, a Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) foi pioneira na defesa das cotas raciais e a levar o debate adiante, liderando a luta pelo acesso à educação superior de qualidade para oprimidos dos morros e periferias, única ferramenta capaz de transformar os seus sonhos

em realidade e pavimentar a sua mobilidade social. (EDUCAFRO-RJ, 2018, p. 1)

Como as demais instituições não-governamentais voltadas para as comunidades pobres de periferias, a Educafro do Rio de Janeiro é fruto de mobilizações dos movimentos socioculturais da igreja católica e de reivindicações feitas pelas organizações quilombolas, especificamente contra a discriminação racial, as que contribuíram para a conquista de políticas públicas educacionais afro-brasileiras. Esses direitos foram postulados na Constituição Federal Brasileira de 1988, especificamente no art. 7º, que institui a discriminação racial como crime, quando diz: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a penas de reclusão, nos termos da Lei”. (CFB, 1988)

A criação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* pelo Ministério da Educação e do Desporto e Secretaria de Ensino Fundamental (PCN), em 1998, também contribuiu para a fomentação de políticas afirmativas para afro-brasileiros ao recomendar a não veiculação de estereótipos em livros didáticos em relação à representação social dos negros. Estes foram propostos a partir da participação do Brasil em eventos, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convocada pela Unesco, Unicef – PNDUD – Banco Mundial. Essa declaração fez com que o Brasil reconhecesse a educação como instrumento proeminente da promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito à diversidade cultural.

Os PCN originaram-se e se pautaram na Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996, reconhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que determina como competência da União estabelecer, em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar uma formação básica comum, como também das experiências desenvolvidas por movimentos sociais no Brasil, tais como os movimentos negro, indígena, ambiental e feminista. Esse dispositivo apresenta um aspecto importante, que é reafirmação da identificação pelo Estado do racismo existente no Brasil e nas suas instituições, ao declarar que:

Essa diversidade étnico-cultural frequentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola reproduzindo-se em seu interior [...]. [Recomenda-se ainda que] a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura de paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros [...]. É trabalho cotidiano da escola procurar superar todo e qualquer tipo de discriminação e ex-

Linguagens e Culturas: Identidade, Ensino e Literatura

clusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira [...]. (BRASIL, 1997, p. 69)

Na LDB, esta reafirmação também está destacada, quando propõe que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. (BRASIL, 1996, p. 49). E como combate à discriminação racial, ela propõe um ensino intercultural, em que a valorização da história e das culturas afro-brasileiras sejam os pilares do ensino público. Esses indicativos são retomados nos estudos das histórias e das culturas dos afro-brasileiros na formação de educadores, a partir de 2003, por força da Lei nº 10.639/2003 do Conselho Nacional de Educação, como decorrência a obrigatoriedade da inclusão do ensino de *história e cultura afro-brasileiras* no ensino fundamental e médio.

Nesse sentido, é relevante destacarmos que a Educafro é uma das instituições pioneiras no estabelecimento de um sistema de educação pelo respeito e reconhecimento da alteridade e da diversidade cultural, antes mesmos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) e da LDB (1996) serem publicados. Com seus projetos de extensão pedagógica, cursos de formação de professores, cursinhos pré-vestibulares, seminários, grupos de estudos, participação em eventos e em mobilizações políticas, a Educafro promove, desde 1987, ações afirmativas pela cidadania de negros e de brancos pobres.

As primeiras iniciativas da Educafro no Rio de Janeiro se deram pelas iniciativas de Frei David, com a criação em diversos bairros da baixada fluminense o “Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)”. A Educafro com este programa, em 1994, ganhou visibilidade nacional e internacional, por conseguir bolsas de estudos para diversos estudantes aprovados no vestibular da PUC-Rio. Essas ações foram ampliadas pela implementação de cotas raciais e sociais, conforme Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O nosso interesse pelas *relações étnico-raciais e a educação cidadã na Educafro do Rio de Janeiro* teve início em 2003, quando ingresamos no programa como professor voluntário, atuando no pré-vestibular, lecionando matemática e física. Nesse sentido, este artigo tem por objetivos refletir acerca da Educafro-RJ e a promoção de oportunidades “reais” de ascensão econômica, política, cultural e social de jovens negros da periferia e de brancos pobres, e verificar se as estratégias políticas e educacionais traçadas pela Educafro têm impactado positivamente

a vida de seus estudantes, atentando-se para a afirmação étnico-racial e a construção de uma educação cidadã.

2.1. Educafro: missão, princípios e objetivos

A Educafro está diretamente ligada a associação civil, sem fins lucrativos, denominada *Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos* (FAecidh), tem sua sede e foro em São Paulo, sendo a Educafro o nome fantasia para a realização das atividades educacionais. Contudo, todas as atividades da Educafro são regidas pela FAecidh, estas descritas em seu *Estatuto*, conforme parágrafo 4º do capítulo II do referido documento:

Para cumprir suas finalidades educacionais e sociais, a FAecidh se organizará com o nome fantasia de EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, em todo o território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral. (ESTATUTO FAECIDH, 2014, p. 5)

Norteadas pelo seu *Estatuto*, a Educafro têm por missão melhorar as vidas dos sujeitos por meio da educação, da igualdade social, da ética e da valorização dos direitos humanos, pois inspirada nos valores e ensinamentos de São Francisco de Assis tem por finalidades institucionais a proteção aos excluídos, aos despossuídos, a todos que tem sede de justiça, erradicando a pobreza e a marginalização, reparando as desigualdades sociais, étnicas e promovendo o bem sem preconceitos de origem, credo, cor e raça. Dentre os vinte três de seus princípios, destacamos:

Inclusão educacional por meio de seu trabalho e de propostas de políticas públicas a serem implementadas pelos governos e pela iniciativa privada, visando à concretização de ações afirmativas;

Firmar convênios e parcerias com outras associações ou fundações, de cunho civil, empresarial, sindical, religiosa ou filantrópica, com vistas ao atendimento de suas finalidades e objetivos;

Promover políticas e ações práticas que fomentem a cultura do empreendedorismo afro como forma de ascensão social, ensejando autonomia do povo negro e pobre;

Firmar convênios com instituições de ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação com vistas à obtenção de bolsas de estudo para estudantes carentes e/ou afrodescendentes;

Linguagens e Culturas: Identidade, Ensino e Literatura

Oferecer cursos livres, técnicos, de extensão, e pré-vestibulares próprios ou em parcerias com Instituições de Ensino dos diversos níveis educacionais;

Promoção do voluntariado como forma de construção de uma nova sociedade;

Prestação de serviços à população, através da organização comunitária de núcleos de base formados por seus associados e população em geral;

Promoção de incubadoras de novas tecnologias sociais, em vista da geração de entidades comunitárias com graus diferenciados de pertencimento à entidade;

Luta por regulamentação e reconhecimento de direitos constitucionais ainda não implementados;

Lutar para difundir o conceito e a prática das ações afirmativas como método de inclusão e redução das desigualdades étnicas e sociais;

Promoção da arte e cultura popular, afro-brasileira e indígena;

Promoção de programas e políticas de combate a todas as formas de discriminação e preconceito em todas as áreas da sociedade;

Promoção de políticas de emprego e renda, com valorização e condição de igualdade de acesso para as diferentes etnias;

Buscar o estabelecimento de intercâmbios e interações nacionais e internacionais com instituições que promovam a educação, a ciência, a tecnologia, a cultura e a arte, a fim de assegurar a universalidade de sua missão;

Despertar nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades, tornando-as protagonistas de suas próprias histórias;

Valorizar a vocação ativista e o engajamento social em todas as esferas da sociedade, como instrumento de transformação social. (ESTATUTO DA FA-ECIDH, 2014, p. 2-4)

No entanto não se pode considerar que essas missões estão isoladas de outros movimentos sociais a nível nacional. Em maio de 1978 aconteceram várias palestras sobre a Lei Áurea e a abolição proferidas por Lélia Gonzáles, militante do Movimento Negro do Rio de Janeiro, embrião formador de diversas mobilizações no Brasil.

Nesse período, a Educafro também iniciou seus trabalhos junto a organizações civis, contando com o apoio da igreja católica, de Padres e freiras negros, atuantes junto à comunidade católica e órgãos diretivos da Igreja, através da “Pastoral Afro-Brasileira” e “Latino-Americana”, assim como os “Agentes de Pastoral Negros”, desenvolvendo junto à Igreja Católica o respeito às religiões afro, a interculturalidade e o reconhecimento da história e cultura dos afro-brasileiros.

De tal modo, ao reunir sujeitos de diferentes denominações, a Educafro constituiu um quadro de educadores e de jovens estudantes, que coletivamente buscam refletir acerca da formação educacional, do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento. O entendimento desses mecanismos ideológicos gradativamente permitiu a identificação das causas da baixa percepção de professores frente suas próprias atitudes discriminatórias, conseqüentemente da autorrejeição de discentes negros na escola formal.

A identificação da forte presença da ideologia do embranquecimento na educação propiciada pelo Estado e demais instituições, expandida em materiais pedagógicos, em que a imagem estereotipada e negativa do negro é uma constante, tendendo a fazer com que discentes negros se rejeitassem, não se estimassem e procurassem se aproximar em tudo do branco e dos seus valores, estes tidos como legítimos, estabelecendo dessa forma um processo de fuga de si próprio, dos seus valores e dos seus assemelhados étnicos, é interferida pela Educafro por meio da formação de seus docentes, pois com o apoio desses educadores conscientes de suas identidades étnico-raciais, a formação crítica de discentes negros e de brancos pobres foram se tornando mais eficaz.

A formação de seu quadro de profissionais tornou-se uma proposição da Educafro, entretanto por se constituir de um quadro formado por voluntários, há uma certa inconstância de educadores, carecendo dessa formação continuada, que ainda acontece em reuniões mensais, e nos encontros semanais, em que há reuniões para o acolhimento de novos membros: professores, voluntários e estudantes.

Nos encontros para estudo discute-se textos de pesquisadores de movimentos negros e da academia, além de acontecimentos nacionais e mundiais que envolvam os negros e suas formas de organização. Em todas as reuniões há preocupação com a formação política do coletivo.

Durante o período que participamos dos encontros analisava-se os processos de luta de libertação dos povos africanos nas américas. Identificava-se os grandes vultos brasileiros e estrangeiros que lideraram movimentos de libertação, como Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares, João de Deus, Manoel Faustino, Luís Gonzaga (*Revolta dos Búzios*), João Cândido (*Revolta da Chibata*), entre outros, no Brasil; Marcus Garvey, Malcom e Martin Luther King, nos Estados Unidos, e Steve Biko e Nelson Mandela, na África do Sul. Tomava-se conhecimento de organizações e movimentos culturais, políticos e religiosos iniciados a partir do

século XIX, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), fundada em 1832, as irmandades, os terreiros, os clubes sociais, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, entre outros.

Essa formação política ofertada pela Educafro era ao mesmo tempo, a possibilidade de reconhecimento de nossa história e da cultura, conforme nos lembra Kabengele Munanga (1986), que a cultura, pode ser entendida como uma herança coletiva da sociedade, portanto o conjunto de objetivos materiais que permitem ao grupo assegurar a sua vida cotidiana, de instituições que coordenam as atividades dos membros do grupo, de representações coletivas que constituem uma concepção do mundo, uma ética e uma arte devem ser reconhecidos e valorizados pelos sujeitos que a produzem.

Os docentes de todos os componentes eram orientados para a formação cidadã de seus discentes, procurando no âmbito de cada componente curricular a inclusão e valorização da história e da cultura dos negros, principalmente da história que não é contada nos livros didáticos.

A questão da cidadania como tema transversal fazia parte de todas as ações, salientando para os discentes que além do respeito às diferenças, a educação para negros e pobres deve ser pensada por uma perspectiva plural, democrática, específica, diferenciada e política, isto é, reflexiva e crítica aos mecanismos de recálque das identidades e da autoestima dos grupos subordinados. Assim, em todos os componentes curriculares considerava-se relevante um trabalho pedagógico de boa qualidade, primando pelo ensino dos conteúdos fundamentais.

Nessa perspectiva acatamos o conceito de cidadania de Leonardo Boff (2009), pois é ele que mais se aproxima do que a Educafro propõe:

A cidadania é um processo inacabado e sempre aberto a novas aquisições de consciência, de participação e de solidariedade. Só cidadãos ativos podem fundar uma sociedade democrática, como sistema aberto, que se sente imperfeita, mas ao mesmo tempo sempre perfectível. Por isso, o diálogo, a participação e a busca da transparência constituem suas virtudes maiores.

A cidadania se realiza dentro de uma sociedade concreta que elabora para si projetos, muitas vezes, conflitantes entre si, de construção de sua soberania e dos caminhos de inserção no processo maior de globalização. Todos eles querem dar uma resposta à pergunta: que Brasil, depois de 500 anos, finalmente, nós queremos? (BOFF, 2009, p. 1)

A reflexão do teórico se aproxima também do que está proposto neste artigo, acerca da leitura crítica dos 30 anos de atuação da Educafro nas periferias do Rio de Janeiro, importando saber as oportunidades reais

(ascensão econômica, política, cultura e social) alcançadas por jovens negros e brancos pobres das periferias.

3. Metodologia: da fundamentação teórica a relato de experiências na Educafro

A pesquisa teórica se estruturou em análises de documentação acerca temas: relações étnico-raciais, afirmação de identidades culturais, práticas educativas cidadãs na Educafro-RJ. Junto às leituras críticas de leis e documentação, realizamos levantamento de contribuições de autores que tratam de educação e de etnicidade. A revisão bibliográfica de obras e de legislação pertinentes às temáticas foi ampliada com a descrição de nossa experiência na Educafro. Conforme defende David Hume (2017), ao dizer que todo conhecimento provém da experiência e toda ideia ‘verdadeira’ procede de nossas impressões. Nesse sentido, procurase responder as questões-problemas já apresentadas a partir de leituras críticas da educação cidadã, de legislações e de documentações que ajudaram a pensar o ensino de física e de matemática na Educafro, em interface com as questões étnico-raciais, construídas junto ao coletivo de voluntários e dos estudantes. Portanto, consideramos oportuno apresentar nossas experiências como professor-voluntário na referida instituição seguida de nossa trajetória estudantil e profissional.

3.1. Experiências na Educafro-RJ

Chegamos bem jovem na Educafro, ingressamos nas aulas de cursos preparatórios para concursos em 2002. Nesse período cursávamos engenharia civil, por ter conhecimento em matemática e física fomos incluídos no quadro docente no ano seguinte. Entretanto, foi lá que percebemos nossa dificuldade de identificação como negro e, em alguns momentos, a recusa de nos posicionar como tal, achávamos que a negritude só estava no outro. Nesses primeiros momentos, atuávamos no pré-vestibular instalado no espaço Milton Santos, que funcionava em um centro espírita na Baixada Fluminense.

A sede da Educafro do Rio de Janeiro está situada no Museu do Negro, no centro da capital, localizada na *Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos*, conhecida por *Igreja da Escrava Anastácia*. Nesse contexto a discussão sobre as questões históricas e culturais dos negros no Brasil era uma constante, assim, gradativamente fomos tomando posse de nossa

própria história e condição de oprimido, na perspectiva freiriana. Esse reconhecimento crítico de quem somos foi o caminho para nosso engajamento no projeto educacional da referida organização. Nela, a princípio, trabalhamos em três frentes: *Pré-vestibular Milton Santos* (que funcionava no Centro Espírita), *Pré-vestibular Consciência União e Cidadania* (instalado no Convento de Freiras, na Praça Seca do Rio de Janeiro) e no *Pré-Vestibular Ganga Zumbi* (na Igreja Sagrado Coração de Maria).

Nossa última participação na Educafro como professor voluntário de Matemática foi no *Pré-Vestibular Mulheres da Paz*, instalado no interior da favela Beira Mar, em Duque de Caxias. Este programa era uma ramificação da Educafro da Baixada Fluminense. Fundado por Arlete Lückmann – ex-freira católica, assistente social, formada em direito e militante há 30 anos no Partido do Trabalhadores do Rio de Janeiro que visitou, por meio dessa intervenção na favela, incluir mulheres negras e brancas pobres, *mulheres transgênero* e demais grupos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) em instituições de ensino superior públicas ou privadas (via bolsa de estudo).

Nesse projeto conseguimos compreender o conceito de gênero, especificamente a questão de mulheres negras e brancas pobres e de mulheres *transgêneros e de LGBT*, que em diferentes situações de vulnerabilidade, resistiram em uma comunidade comandada pelo narcotráfico, até então, controlada pelo traficante Fernandinho Beira Mar, buscando formação acadêmica e profissional.

Contraditoriamente a comunidade assistida também estava sob a tutela daqueles que controlavam a economia local, por uma lógica perversa de estratificação social, baseada no comércio de drogas e de armamentos, oprimiam os demais. A participação de jovens nos núcleos de comando do narcotráfico inviabilizava que eles participassem dos pré-vestibulares. Seus familiares e amigos que eram assistidos.

Essa experiência nos permitiu entender que a opressão e exclusão também se dão em outras esferas sociais, que uma comunidade armada e comandada por grupos de traficantes também oprime, criando bolsões de miseráveis, especificamente por aqueles que estão envolvidos no consumo e venda de substâncias tóxicas (como o crack) e assujeitados a todo tipo de violência. No entanto, percebemos grandes avanços do programa Mulheres da Paz quanto à inclusão de mulheres negras, transgêneros e pobres em universidades, mudando consideravelmente a realidade desses grupos.

3.2. Nossa formação educacional e profissional

Nesse aspecto trazemos parte do memorial de Luciano dos Santos¹, um dos autores deste artigo. Nasceu em 19 de janeiro de 1975, o segundo filho do casal de operários Cacilda Assunção dos Santos e de Benito Juarez dos Santos. Filho de mulher negra de baixa escolaridade e “macumbeira” e de pai branco e pobre. Por esses motivos as primeiras séries cursadas em escolas públicas foram o registro de marginalização e de preconceito de professores e colegas.

Apesar de não ter a cor da pele que revelasse de imediato a sua identidade étnico-racial, trazia as marcas dessa identidade negra quando era oprimido pelos colegas e educadores por ser filho da “macumbeira” do bairro. Assim, para fugir dessa condição de oprimido e segregado abandonou por diversas vezes a escola. Como demais criança de origem negra e pobre, viveu em porções e cortiços de vários bairros e começando a trabalhar com pouco mais de 6 anos. Os negros e pobres eram seus companheiros de privações e misérias nas ruas do Rio de Janeiro. Nesse contexto ele podia desmascarar a hipocrisia do Estado e da Lei Magna, em que dizem que todos têm direitos iguais perante a Lei.

Homi Bhabha (1998) diz que na representação social do negro, no processo de reconstituição e modelagem da sua percepção externa estão contidos os estereótipos, os preconceitos, os julgamentos, os juízos, que são elementos ou objetos internalizados na consciência dos indivíduos, que os utilizam para construir o conceito da percepção inicial apreendida e que passa a integrar o seu universo interior. Por isso, para muitos, ser negro é estar entre aqueles cuja presença é “vigiada – no sentido de controle social, e ignorada, no sentido da recusa psíquica – e ao mesmo tempo, sobre determinado – projetada psiquicamente, tornada estereotípica e sintomática [...]. (BHABHA, 1998, p. 327)

Assim, a sua aceitação como afro-brasileiro, possibilitou que venesse os estereótipos impostos pela sociedade, estabelecendo-se uma ponte para a sua formação cidadã, passando, a colaborar na fundação do Núcleo Jurídico da Educafro. Este núcleo visava defender a comunidade

¹ Neste item utilizaremos a flexão verbal na terceira pessoa do singular por se tratar de relato de experiências do docente e pesquisador Luciano dos Santos. Parte desses relatos estruturam o projeto de pesquisa “FÍSICA NO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TEÓFILO OTONI (MG): análises de conteúdos e das propostas pedagógicas de quatro coletâneas de livros didáticos de Física (2016 a 2020)”, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Pádua Magalhães.

de qualquer tipo de racismo, conforme lembra Paulo Freire (1970) da importância e da necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória do oprimido, em oposição à pedagogia da classe dominante. Uma pedagogia que contribua para a libertação e a transformação de cada um em sujeito críticos e autores de suas histórias; uma práxis que unifique ação e reflexão.

Contudo, sempre considerou que não era só na escola que essas construções políticas e acadêmicas se dariam, até porque suas vivências no contexto da educação formal não correspondiam ao padrão idealizado de uma formação estudantil. Teve sua formação educacional por diversas vezes interrompida pela necessidade de trabalhar em prol de sua família. Oriundo de uma família negra e periférica, à margem de diferentes capitais (econômicos e culturais) fez sua formação educacional de forma autodidata, tendo o certificado de conclusão do ensino fundamental e médio através do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA/MEC.

Por outro lado, defende a não naturalização da violência sofrida. A convivência com negros excluídos pelas ruas do Rio de Janeiro não determinou a banalização de determinados papéis e funções desempenhados por negro, conforme defende Roberto Da Matta (1987, p. 79), Pois sempre viu a sociedade e seus mecanismo de exclusão com indignação, e a partir do seu lugar do oprimido, buscou na sua formação estudantil e cidadã formas de resistência à hegemonia social, rompendo com os ditames de subalternos impostos a negros e pobres.

Assim, contrariando todas as previsões pessimistas de educadores do ensino médio, participou da seleção de ingresso no Instituto Federal do Rio de Janeiro para o curso de edificações, sendo aprovado e tendo um bom desempenho, o que o motivou a seguir com o sonho de se formar em engenharia civil. Mas, por motivos diversos teve de interromper o curso de engenharia, o que o levou a investir nas licenciaturas em física e em matemática.

As experiências infantis e da juventude, à margem de direitos sociais, constituíram a base de sua formação política e de resistência às ideologias veiculadas nos textos de livros didáticos e de práticas docentes de instituições por onde passou. Apesar das escolas, de ensino fundamental e médio, tentarem reproduzir uma lógica de dominação, foram contestadas em formas de resistência, conforme relatara Luciano, abandonando a sala de aula e estudando em casa. No entanto, na Educafro avaliou que

era importante ter o diploma superior e junto aquele coletivo, assumiu por dez anos o projeto de inclusão de outros oprimidos em universidades, atuando como professor de matemática e de física nos pré-vestibulares. Leonardo Boff (2009) ressalta que a cidadania não define apenas a posição do cidadão face ao Estado, mas o define como sujeito de direitos e não como um pedinte do Estado. Os cidadãos devem se organizar não para substituir o Estado, mas para fazê-lo funcionar, por meio de reivindicação. O cidadão diante de outro cidadão deve ser solidário, por uma cooperação em favor da *concidadania* e da vida.

Todos esses antecedentes contribuíram para o seu processo de formação como professor, partindo de sua leitura de mundo e apoiado nas discussões teóricas da Educafro e dos cursos de licenciatura que fizera. Assim, procurou conscientizar e capacitar estudantes da Educafro para a transição de uma consciência ingênua a uma consciência crítica com base nas fundamentações lógicas do oprimido de Paulo Freire (1970). Deste modo, guiado por um movimento de liberdade que surge a partir de ações dos oprimidos e utilizando instrumentos adequados nos processos de ensino-aprendizagem de matemática e de física, construiu uma pedagogia concretizada junto aos discentes na luta pela sua humanidade.

A sua formação acadêmica em física e em matemática, com habilitações em educação em ensino fundamental e médio, pela Universidade do Sul de Minas (UNIS/MG) e a especialização *lato-sensu* em metodologia do ensino da física e da matemática pela Universidade de São Luís/EaD (SP), juntamente as experiências profissionais na Educafro em outros espaços não foi fácil. Durante todo esse tempo de trabalho e de formação, enfrentou desafios financeiros, principalmente pela crise econômica que se assolou no Brasil, a partir de 2014. Esses percalços sinalizaram para a quebra de alguns paradigmas intelectuais e sociais, tais como, que não basta só a formação acadêmica para se ter a garantia de participação na economia nacional e de autonomia financeira.

Partindo dessas experimentações e avaliações acreditou na possibilidade de mudança ao ingressar no programa de mestrado em educação da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM). A sua inserção nesse programa tem possibilitado a continuação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos nas graduações e no exercício da docência.

Sobre o ensino de física e de matemática nas turmas dos pré-vestibulares da Educafro, as proposições educativas se pautavam no co-

nhcimento dos fenômenos e dos conteúdos, seguidas de reflexões acerca do pensamento de soluções para as questões-problemas apresentadas, com vistas a despertar os estudantes para situações que fazem parte de seus cotidianos, como a temperatura, as fontes de energia e processos que podem ser reversíveis na vida do homem. Com explicações coerentes e importantes para que discentes juntos às suas comunidades valorizassem seus costumes e comportamentos diferenciados, sem a depreciação dos saberes educacionais.

Assim, para a investigação e compreensão das possibilidades de os discentes conhecerem e aprenderem os fundamentos da física e da matemática articulava-se a utilização desses conhecimentos com as diversas hipóteses levantadas por eles, estas refletidas e contextualizadas a partir de suas leituras de mundo.

Essas questões eram apresentadas em uma perspectiva histórica e política, para que os discentes negros aprendessem sobre os cientistas negros e mestiços que contribuíram para a construção daquele conhecimento/ciência. Nunca houve preocupação do estudo com a única finalidade de preparar os estudantes para as demandas do capital. A tônica era pensar as transformações sociais e individuais que aqueles conhecimentos poderiam conduzir.

A docência em física e em matemática possibilitou a construção de uma *concidadania* educacional, viabilizada por meio de uma pedagogia para os oprimidos. Da conscientização enquanto processo de evolução de uma leitura simplista para uma leitura crítica, criadora e consequentemente libertadora, como unidade dialética entre subjetividade e objetividade, de um atuar e pensar na e sobre a realidade com vista a sua transformação. (FREIRE, 1970)

A teoria da complexidade de Edgar Morin (2005) apresenta alguns horizontes aos educadores que como nos buscamos saídas a partir de uma educação engajada e emancipatória, pois o autor compreende que práticas educativas reprodutivistas perpetuam as desigualdades e dificultam as transformações sociais tão necessárias.

4. *Educafro: impactos de suas ações nas periferias do Rio de Janeiro*

Acreditamos que, na medida em que a compreensão da diferença como uma nova contribuição e não como desigualdade, estabelece-se mecanismos de invisibilidade e de desmonte de recalque as diferenças,

assim, a população negra e pobre encontrará na sua própria história e cultura os elementos de reconstrução da sua identidade, autoestima e cidadania. A partir dessa assertiva, pensamos na problemática da Educafro do Rio de Janeiro, que há 30 anos vem formando jovens da periferia. Como tem sido estruturada as propostas pedagógicas da Educafro? As ações empreendidas pela Educafro vêm fomentando o fortalecimento de identidades étnico-raciais? Que conquistas (de ordem econômica, política, social e cultural) seus estudantes alcançaram após concluírem suas formações? São as questões postas, a partir de um olhar subjetivo, envolvendo o período de 2003 a 2013, em que observei e participei da proposta pedagógica da Educafro.

A representação do negro como ele deve ser vista e entendida, nas perspectivas política e econômica, fundamentalmente na construção das identidades étnico-culturais de todos os sujeitos envolvidos têm sido a práxis da Educafro, por uma teorização e conscientização do negro na sociedade. A autoestima e o autoconceito, a partir do que é “real”, têm sido internalizados pelos participantes do programa. Assim, a negação da representação social do negro, baseada, em grande parte, no senso comum, tem sido questionada nas práticas educativas da Educafro e rechaçadas.

Entretanto, há o cuidado de não se pensar uma identidade estática, pois a educação, conforme orienta Edgar Morin (2005), deve ser pensada a partir da transmissão do antigo e da abertura da mente para receber o novo. Cabendo tanto a educação institucionalizada quanto a não formal essas inclusões. Pois, em uma sociedade com posições estruturais de classe e de estratificação e distribuição de bens simbólicos tão díspares, não tem como modificar esse quadro com um modelo de educação excludente adotado em escolas públicas periféricas. A ascensão de negros e brancos pobres aos bens de prestígio e econômicos só acontecerá com o acesso as práticas educacionais, aquelas que sejam capazes de bloquear as práticas discriminatórias de grupos valorizados socialmente.

Sabemos que a igualdade racial, entre outras, numa sociedade desigual com a nossa, tem se constituído como uma ameaça aos privilegiados, daí a insistência da Educafro na preparação de seus sujeitos para o ingresso em cursos superiores considerados de excelência, como direito, medicina e engenharias.

Quanto às ações empreendidas pela Educafro para o fortalecimento de identidades étnico-raciais, percebemos que os sujeitos sociais que

constituem a instituição buscam destacar a importância das culturas e das organizações sociopolíticas negras, juntamente com a afirmação de suas identidades e dos seus direitos históricos. Nesse sentido, Frei Davi opera junto ao coletivo em ações políticas de enfrentamento aos descasos do Estado, por meio do *acorrentamento de jovens em espaços públicos*. Esse acorrentamento voluntário funciona como uma metáfora da sujeição de negros ao sistema capitalista e ao Estado excludentes.

Essa performance pública representa os oprimidos anônimos, portanto é vista como uma atitude radical da Educafro-RJ. Reconheço que esta militância permite uma leitura crítica da realidade, partindo da linguagem dos corpos negros acorrentados, que é ao mesmo tempo o aprisionamento de seus valores e de sua concepção do mundo, transformando este ato político como ícone da *luta pela libertação dos oprimidos*. (FREIRE, 1970)

A Educafro também busca por meio de manifestações culturais ressignificar o que negros e pobres periféricos perderam historicamente, utiliza-se das artes, música, cultos ecumênicos como compreensão e caminhos que devem ser trilhados para o empoderamento étnico-cultural e educacional.

As conquistas (de ordem econômica, política, social e cultural) alcançadas por negros e pobres após concluírem suas formações é outro ponto levantado. Atentando-se para as práticas culturais e educacionais ofertadas pela Educafro percebemos que estas foram geradas por mobilizações sociais, houve também por parte de jovens periféricos movimento e reivindicação, cabendo a Educafro a oferta de pré-vestibulares como possibilidade de acesso ao ensino superior, uma vez que para muitos periféricos este programa é a única oportunidade de continuação e ampliação de sua educação formal.

Os participantes da Educafro compreendem que a formação fora da escola pode conferir a eles maior participação social, política, econômica, uma vez que ser negro e pobre no mundo globalizado exige formação acadêmica e profissional. Dessa forma, questionamos como a questão do fortalecimento da identidade étnico-racial na Educafro, frente a uma sociedade marcada pelas transformações estruturais e conjunturais da modernidade que mais exclui do que inclui, vem se estruturando.

As análises históricas e políticas da trajetória dos africanos escravizados no Brasil realizadas na Educafro, das quais participamos, nos dizem que há uma resistência à homogeneização cultural, não por uma

proposta de modelo unicultural com pretensões hegemônicas, e sim através de um modelo transcultural, extrapolando a cultura de origem e valorizando o hibridismo, como diz Kabengele Munanga (1996, p. 54) “dar e receber influências culturais, sem abrir mão da sua existência enquanto cultura distinta e sem desprezar o que haveria de comum entre os seres humanos”.

Essas estratégias adotadas pela Educafro permitiram, no decorrer dos tempos, a expansão dos valores afro-brasileiros, a ocupação de territórios outrora interditados aos negros, assim como o acolhimento de práticas, tidas como profanas e demoníacas, apoiadas e com a participação da Educafro, na figura do Frei David. Partindo das ideias de Paulo Freire (1970) e Kabengele Munanga (1996), inferimos que o homem tem de se transformar em um sujeito da realidade histórica em que se insere, humanizando-se, lutando pela liberdade, pela desalienação e pela sua afirmação, enfrentando uma classe dominadora que pela violência, opressão, exploração e injustiça tenta perpetuar-se.

5. Considerações finais

Os resultados dessas reflexões evidenciaram a existência de mudanças significativas na representação social de negros e brancos pobres da periferia do Rio de Janeiro. São 30 anos de formação, de proposição de uma educação específica e diferença, responsável pela inserção de muitos jovens no ensino superior e no mercado econômico.

A representação do negro enquanto cidadão abstrato, despossuído de suas características étnico-raciais, comumente apresentados nos livros didáticos, na Educafro é desconstruída. Rompe-se com o ideal assimilacionista, que nega a existência do pluralismo étnico-cultural. Assim, exigir o reconhecimento de igualdade de status das culturas pelo seu valor intrínseco para cada raça/etnia, bem como da dignidade humana, é condição precípua do projeto pedagógico da Educafro-RJ. Porém, consideramos que a investida devesse ser também na absorção e reconhecimento dos profissionais que atuam nos pré-vestibulares, uma vez reconhecida a importância da formação educacional, o segundo grande passo consistiria em desenvolver ações que contribuíssem economicamente com aqueles que trabalham nos programas, pois grande parte de professores do quadro estão excluídos do mercado de trabalho. Hoje o gargalo mudou de lugar. Há estudantes negros e pobres com nível superior, mas

que não foram incluídos no capital econômico, apesar de suas competências e habilidades profissionais.

Avaliamos ainda que é necessário na formação de professores colaboradores além dos estudos sobre desigualdade, exclusão e inclusão, os estudos antropológicos, sobre política e economia. Esses estudos facilitariam a identificação e a desconstrução de mecanismos ideológicos construídos cotidianamente para transformar o “outro” em algo desumano e apartado da convivência social, bem como para o reconhecimento da sua contribuição socioeconômica e cultural na sociedade.

Muitos obstáculos ainda devem ser superados, apesar disso reconhecemos que a Educafro do Rio de Janeiro tem uma proposta pedagógica de inclusão, com potencialidade de gerar outras transformações, ao se adotar uma gestão mais participativa, por uma construção de uma democracia social e uma verdadeira democracia racial dentro da própria instituição, como ela própria propõe para o Estado. Segundo Leonardo Boff (2009) nesse momento, após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 a cidadania é desafiada a confrontar-se com dois projetos antagônicos, disputando a hegemonia: o projeto dos endinheirados, antigos e novos,

articulados com as corporações transnacionais que querem um Brasil menor, de no máximo 120 milhões, pois assim, acreditam, daria para administrá-lo em seu benefício, sem maiores preocupações; os restantes de milhões que se “lasquem”, pois sempre se habituaram a viver na necessidade e sobreviver como podem. (BOFF, 2009, p. 1)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOFF, Leonardo. Cidadania, con-cidadania, cidadania nacional e cidadania terrenal. In: _____. *500 anos depois: o Brasil que queremos*, 2009. disponível em: <<http://osbosques.blogspot.com/2009/11/cidadania-con-cidadania-cidadania.html>>. Acesso em: nov 2018.
- BOLETIM Educafro*. Disponível em: <<https://educafrorio.org>>. Acesso em: nov de 2018.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. *Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais* pelo Ministério da Educação e do Desporto e Secretaria de Ensino Fundamental (PCNs), 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: La Fonte, 2017.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Trad.: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.